

# Sexualidade e Relação de Gênero



Denise Pereira  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2019

Denise Pereira  
(Organizadora)

# Sexualidade e Relações de Gênero

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S518 Sexualidade e relações de gênero [recurso eletrônico] / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Sexualidade e Relações de Gênero; v. 1)

Formato: PDF

Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-047-6

DOI 10.22533/at.ed.476191601

1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Pereira, Denise.  
II. Título. III. Série.

CDD 306.7

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO:

Cada vez mais a academia está avançando em pesquisas sobre Sexualidade e Relação de Gênero. No século XXI, a sexualidade é compreendida como algo fluído, que muda ao longo de toda uma vida, é pessoal/individual, cada um com a sua, não há certo ou errado, havendo possibilidades e é paradoxal, ou seja, é sempre diferente da sexualidade dos outros, sendo o traço mais íntimo do ser humano, manifestando-se diferentemente em cada indivíduo, de acordo com as novas realidades e as experiências vividas culturalmente.

E a relação de gênero refere-se às afinidades sociais de poder entre homens e mulheres, em que cada um tem seu papel social que é determinado pelas diferenças sexuais. Que segundo Scott, devemos compreender que “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres.

O conceito de gênero que enfatizamos neste livro está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo, um movimento social organizado, usualmente remetido ao século XIX e que propõe a igualdade nas relações entre mulheres e homens através da mudança de valores, de atitudes e comportamentos humanos.

Neste livro são apresentadas várias abordagens sobre “Sexualidade e Relação de Gênero”, tais como: discussões de conceitos; modo de vida, violência, direitos, Lei Maria da Penha, homoparentalidade, emancipação feminina, transexuais, homossexuais, sexualidade infantil, sexualidade masculina, mulheres no cinema e no futebol, entre diversos outros assuntos.

Boa leitura  
Denise Pereira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>9</b>
JUDITH BUTLER: PERFORMATIVIDADE, CONSTITUIÇÃO DE GÊNERO E TEORIA FEMINISTA	
Maria Irene Delbone Haddad	
Rogério Delbone Haddad	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4761916011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
O DIREITO NÃO SOCORRE A QUEM EXPRESSA SUA SEXUALIDADE? ASSIMETRIAS JURÍDICAS ACERCA DAS MANIFESTAÇÕES DO SEXO NOS ÂMBITOS LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO BRASILEIROS	
Fábio Periandro de Almeida Hirsch	
José Euclimar Xavier de Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4761916012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>26</b>
PROTEÇÃO PARA QUEM? LEI MARIA DA PENHA E AS MULHERES TRANS	
Saskya Miranda Lopes	
Bianca Muniz Leite	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4761916013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
SEXUALIDADE DESVIANTE DE MARIA: UM CASO DE PERVERSÃO FEMININA	
Joice Cordeiro Dos Santos	
Giseli Monteiro Gagliotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4761916014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>46</b>
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER: ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO ESTADO DE RORAIMA	
Denison Lopes da silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4761916015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
A EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES POR MEIO DA EDUCAÇÃO: GARANTIA DE DIREITOS E AS COTAS NA UNIVERSIDADE	
Grazielly dos Santos Germano	
Kênia Gonçalves Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4761916016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>70</b>
AS AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO CIVIL DE PESSOAS TRANSEXUAIS E O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DPRJ)	
Mably Trindade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4761916017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 86**

ATIVISMO E MARCOS LEGAL DA POPULAÇÃO LGBTQBTI: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Alberto Magalhães Pires  
Carla Andreia Alves de Andrade  
Charles Jefferson Cavalcanti da Silva  
Esmeraldo Rodrigues de Lima Neto  
Taiwana Batista Buarque Lira  
Silvania Lucia da Silva Carrilho

**DOI 10.22533/at.ed.4761916018**

**CAPÍTULO 9 ..... 95**

A LEGALIDADE E LEGITIMIDADE DA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA NOS CASOS EM QUE FIGURE COMO VÍTIMA TRANSEXUAIS QUE MODIFICARAM SEU GÊNERO NO REGISTRO CIVIL SEM A REALIZAÇÃO DA NEOCOLPOVULVOPLASTIA

Alisson Carvalho Ferreira Lima  
Naiana Zaiden Rezende Souza

**DOI 10.22533/at.ed.4761916019**

**CAPÍTULO 10 ..... 106**

BREVES REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR/DOMÉSTICAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES LÉSBICAS EM NITERÓI/RJ

Thaís Vieira Gaudard Curcio  
Nivia Valença Barros  
Joice da Silva Brum

**DOI 10.22533/at.ed.47619160110**

**CAPÍTULO 11 ..... 119**

DIREITOS LGBT EM PALCO DE DISPUTAS

Thaís Vieira Gaudard Curcio  
Nívia Valença Barros

**DOI 10.22533/at.ed.47619160111**

**CAPÍTULO 12 ..... 130**

EMBATE DE MINORIAS: A IDENTIDADE DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL

Leandro Leite  
Verônica Gesser  
Bruna Roberta Wessner Longen  
Everaldo de Souza

**DOI 10.22533/at.ed.47619160112**

**CAPÍTULO 13 ..... 141**

FEMINISMOS, DEFICIÊNCIAS E DIREITOS DAS MULHERES SURDAS

Keli Krause  
Laura Cecilia López

**DOI 10.22533/at.ed.47619160113**

**CAPÍTULO 14 ..... 150**

NORMATIZAÇÃO DA SEXUALIDADE NOS DISCURSOS MÉDICOS EUROPEUS A PARTIR DO SÉCULO XVIII: A PROSTITUTA, UMA “ESPÉCIE SEXUAL”

Daniela Nunes do Nascimento

**DOI 10.22533/at.ed.47619160114**

**CAPÍTULO 15 ..... 162**

PODEMOS CONTAR? A POTÊNCIA DA NARRATIVA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA E DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Luanna Calasans de Souza Santana  
Márcia Santana Tavares

**DOI 10.22533/at.ed.47619160115**

**CAPÍTULO 16 ..... 169**

BREVES REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR/DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES LÉSBICAS EM NITERÓI/RJ

Joice da Silva Brum  
Nivia Valença Barros  
Thaís Vieira Gaudard Curcio

**DOI 10.22533/at.ed.47619160116**

**CAPÍTULO 17 ..... 175**

A VIOLÊNCIA SOBRE OS CORPOS INFANTO-JUVENIS NA BAHIA, FEIRA DE SANTANA E SALVADOR, 1940-1960

Andréa da Rocha Rodrigues Pereira Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.47619160117**

**CAPÍTULO 18 ..... 1822**

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: PENSANDO NO AGRESSOR

Gabriela Alano Pamplona  
Perla Alves Martins Lima  
Adan Renê Pereira da Silva  
Sharlenny Santos Alencar

**DOI 10.22533/at.ed.47619160118**

**CAPÍTULO 19 ..... 198**

PERCEPÇÕES DE MULHERES DA MESMA FAMÍLIA E DE DIFERENTES GERAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Michelle Araújo Moreira  
Jéssica Suellen Barbosa Mendes Ramos

**DOI 10.22533/at.ed.47619160119**

**CAPÍTULO 20 ..... 212**

SEXO ABRIGADO: CUIDADOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA PARA INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Milena Vaz Sampaio Santos  
Jeane Freitas de Oliveira  
Carle Porcino  
Dejeane de Oliveira Silva  
Lorena Cardoso Mangabeira Campos

**DOI 10.22533/at.ed.47619160120**

**CAPÍTULO 21 ..... 220**

REFLEXÕES ACERCA DA FALÁCIA DO BINARISMO ENTRE MASCULINO E FEMININO EM O MUNDO SE DESPEDAÇA

Ilauanna Teles Silva  
José Carlos Felix

**DOI 10.22533/at.ed.47619160121**



## PODEMOS CONTAR? A POTÊNCIA DA NARRATIVA COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA E DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

**Luanna Calasans de Souza Santana**  
**Márcia Santana Tavares**

**RESUMO:** A luta contra a violência de gênero e suas diversas manifestações é central no movimento feminista do Brasil, através das epistemologias feministas e suas reflexões sobre a produção científica surge a necessidade de pensarmos novas aplicações às metodologias em pesquisas nessa área. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa utilizando as narrativas podem auxiliar, nos aproximando das experiências de mulheres que sofreram violência seja física, psicológica ou simbólica. Realizamos então uma pesquisa bibliográfica, pensando a contribuição de pesquisadoras sobre a importância da narrativa em pesquisas feministas sobre violência de gênero destacando seus desafios e seus ganhos.

**Palavras-chave:** narrativas, violência de gênero, violência contra mulher, feminismo, metodologia.

### 1 | INTRODUÇÃO

O combate à violência contra a mulher

ocupa o centro das discussões feministas, ao longo dos anos as trocas entre academia e militância nos possibilitaram avanços. É nesse contexto, sobre influência e pressão do movimento feminista que diversas iniciativas vêm sendo tomadas em busca da equidade de gêneros e em defesa das minorias sociais em escala global e local. Entretanto, apesar de garantias jurídicas alcançadas pelos movimentos feministas, a discussão no âmbito social ainda passa por dificuldades, sendo uma violência presente no cotidiano de muitas de nós, é um crime “invisível”, ainda pouco denunciado e com forte estigma para a vítima.

Com os movimentos feministas internacionais em 1967 a Organização das Nações Unidas (ONU) aprova a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, em 1972 em Assembleia Geral é declarado o ano de 1975 como Ano Internacional das Mulheres, ainda em 1975 acontece a I Conferência Mundial das Mulheres na Cidade do México. A pressão se torna tão grande que em Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1979, é aprovada a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW), o documento dialoga diretamente com a construção da Convenção para Eliminação de

todas as Formas de Discriminação Racial (CERD) aprovada em 1965. (BARSTED, 2016)

No Brasil, apenas em 1988 há a incorporação dos direitos individuais das mulheres mediante a família, outrora, a legislação assegurava a legalidade do estupro marital, sendo o sexo obrigação dos cônjuges. O movimento conhecido como *lobby* do batom garantiu ainda nos anos 80 a criação das DEAM's, ampliação das redes de atendimento às mulheres vítimas de violência e a exclusão dos crimes de honra da Constituição (BANDEIRA, 2014), embora até 1990 argumentos como “tese de legítima defesa da honra” eram considerados para casos de feminicídio.

Os avanços das leis de equidade continuam em processo no Brasil, temos a criação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) e, apenas em 2009 o estupro foi reconhecido como crime contra a dignidade e liberdade sexual, sendo antes tipificado crime de ação privada contra os costumes (CERQUEIRA E COELHO, 2014). Outra conquista importante é a definição de feminicídio (BRASIL, 2015). A interação entre academia e o movimento feminista foi importante nessas conquistas, as pesquisas realizadas, até esse momento eram (e continuam sendo) majoritariamente quantitativas e foram indispensáveis para se pensar políticas públicas de combate à violência contra a mulher.

Apesar de todo aparato legal, os crimes de violência contra a mulher continuam sendo subnotificados, nos mostrando que as mudanças não podem ocorrer somente através da justiça, mas de toda reestruturação social que designa à mulher um papel de submissão. Desse modo, cresce entre as pesquisas, principalmente as baseadas em epistemologias feministas, a compreensão de que a violência de gênero é um fenômeno complexo envolvendo violência física, psicológica, simbólica.

Destacam-se então as pesquisas qualitativas, trabalharemos nesse artigo a narrativa como uma ferramenta poderosa de transformação, pois traz a possibilidade de desestabilizar o lugar de pesquisadora-objeto, propondo novas questões e, logo, novas formas de enfrentamento à violência. Esse artigo trata-se de uma revisão bibliográfica, utilizando como referência o trabalho de diversas pesquisadoras que vêm se destacando nacional e internacionalmente ao abordarem a epistemologia feminista, crítica feminista à ciência e metodologias, privilegiando aquelas que trabalham com narrativas orais por parte de suas interlocutoras.

## 2 | EPISTEMOLOGIAS, METODOLOGIAS E MÉTODOS

Sandra Harding em seu texto “Existe um método feminista?” (1988), inicia suas reflexões diferenciando epistemologia (teoria do conhecimento), metodologia (teoria sobre os procedimentos que se segue ou deverá seguir na investigação e a maneira de analisar os dados) e método (uma técnica para captar informações). Harding crítica a Ciência Moderna, afirmando que a participação das mulheres na construção do

conhecimento é limitada ou ignorada, pois a mesma funciona sob a perspectiva de um sujeito universal, homem, branco, heterossexual, ocidentalizado.

O movimento feminista começa a dialogar com a academia nos anos 1950. Na obra de Simone de Beauvoir “O segundo sexo”, a qual nos remete à célebre frase: “Não se nasce mulher, torna-se”, a ideia do “ser mulher” começa a ser questionada, mas ainda está sob forte influência dos preceitos científicos da modernidade, mulheres são então compreendidas como um grupo homogêneo e oprimido, se estabelece uma figura universal de mulher, branca, heterossexual, ocidentalizada, mas, com as contribuições do feminismo negro e das teóricas lésbicas, quebra-se essa imagem de mulher única, reconhecendo as interseccionalidades das identidades no ser mulher (HARAWAY, 2004). Esse movimento é importante para deslocar a ideia de um sujeito universal, a interseccionalidade é um conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002), definindo as diversas opressões que podem nos atravessar pelas interações entre raça, gênero, sexualidade, classe, geração, dimensões que Harding aponta como indispensáveis para pensar pesquisas feministas.

A valorização da subjetividade na construção científica, assim como a própria consciência do pesquisador de seu local de fala, é também abordada por Maria Lúcia Rocha Coutinho:

As pesquisas de gênero, ao contrário, são vistas, como assinala Reinharz (1983), como presas ao contexto, ligadas muitas vezes à experiência e ao envolvimento pessoal do pesquisador. São relevantes do ponto de vista social, envolvem múltiplas metodologias, não são necessariamente replicáveis e incluem emoções e eventos como experimentados pelos participantes da pesquisa. (2006, p. 66).

Mais do que um compromisso político, reconhecer-se em sua pesquisa é uma prática de liberdade, pois permite o diálogo, rompendo com as antigas hierarquizações pesquisadora-objeto. A valorização da experiência e emoções, significações que não são mensuráveis através de métodos quantitativos, estão presentes nas narrativas, para além do texto e da oralidade em si, a pesquisadora acessa detalhes, a exemplo da linguagem corporal e até mesmo o contexto sócio-histórico ao qual a interlocutora pertence.

Entendendo que toda atividade humana, na medida em que está implicada, é política, é preciso que explicitemos nossos pressupostos teórico epistemológicos e, ao fazê-lo, assumamos os aspectos político-ideológicos inerentes às nossas práticas. Quer na pesquisa, quer na academia ou na clínica, estes aspectos têm sido comumente negligenciados ou mesmo recusados, sob a também ideológica pretensão de neutralidade e objetividade. Tal recusa pode ser compreendida como uma estratégia das elites brancas masculinas e burguesas (que geralmente detêm a hegemonia dos espaços de poder-saber), ao tentarem evitar a responsabilidade sobre as motivações e sobre as consequências dos saberes produzidos, o que não só as feministas, mas também movimentos pacifistas, antirracistas e antiimperialistas, entre outros, têm ousado, há muito, questionar e denunciar (NARVAZ, 2006, p. 648).

A epistemologia feminista também reconhece a ideologia por trás do pensamento científico se posicionado politicamente, destacamos que não há concordância entre as diferentes epistemologias feministas (NARVAZ, 2006), mas, todas concordam que há

epistemologias e metodologias no plural, ressaltando as diversas possibilidades de produzir conhecimento, sendo o campo feminista interdisciplinar. A escolha da narrativa como método é também uma escolha política, faz com que a pessoa interlocutora se sinta participante da pesquisa, mais do que um objeto a ser observado, através das narrativas há a valorização da fala das mulheres, excluídas do processo de produção de conhecimento ao longo de séculos, sendo a violência de gênero um assunto ainda permeado de silêncios em nossa sociedade.

Neste sentido, a narrativa oral tem se mostrado especialmente importante nos estudos de gênero. No caso das mulheres, ao dar voz a elas, torna-se possível que se dê conta da natureza dialética de sua consciência – como é o caso, por exemplo, da percepção de que o trabalho de casa é considerado trabalho e não trabalho. Os meios de se conhecer e falar sobre as mulheres e seus mundos foram, durante muito tempo, descritos por homens, que vêm ocupando uma posição especial na sociedade. Assim, torna-se importante que as mulheres falem sobre suas experiências, sobre sua situação no mundo, a fim de que assumam a autoria sobre suas vozes e vidas. Além disso, num mundo estruturado basicamente por homens, a habilidade das mulheres de valorizar seu próprio pensamento e sua experiência é, muitas vezes, bloqueada por dúvidas e hesitações quando sua experiência pessoal não está de acordo com os mitos e valores que dizem respeito a como uma mulher 'deve' ser, se comportar e sentir, isto é, com a identidade que para elas foi construída. (ROCHA-COUTINHO, 2004, pg. 67).

As narrativas dão uma noção de controle da própria história e vêm sendo uma das metodologias mais utilizadas nas pesquisas de violência de gênero, elas cumprem uma importante missão ao abordar temas sensíveis, compreendemos que uma das principais mudanças no combate à violência de gênero é quebrar o silêncio que a permeia, o que faz com que as denúncias não sejam realizadas, o que causa uma sensação de normalidade para os agressores, expõe e culpabiliza as vítimas (LANGDON, 1993).

### **3 | A NARRATIVA NAS PESQUISAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO**

Quando se trata de crimes como estupro ainda há uma grande dificuldade mesmo em colher dados quantitativo. Segundo Cerqueira e Coelho (2014) só há uma padronização nos atendimentos às vítimas em 2011:

Os agravos decorrentes de violências começaram a ser relacionados entre 2006 a 2008, quando a vigilância foi implantada em serviços de referência para violências (centros de referência para violências, centros de referência para DST/Aids, ambulatórios especializados, maternidades, entre outros). A partir de 2009, o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) passou a integrar o Sistema de Informação de Agravos de Notificação versão net (Sinan NET), disponível para todos os municípios do País. Entretanto, apenas a partir de 2011 as notificações de violência doméstica, sexual e outras violências passaram a ser feitas de forma padronizada e universal, com a publicação da Portaria MS/GM nº 104, de 25 de janeiro de 2011. Deste modo, somente a partir deste ano as informações dos agravos associados à violência são estritamente comparáveis, não permitindo, por enquanto, que se faça uma análise da evolução temporal dos eventos relacionados.

Aliada a esse atraso está a dificuldade da vítima em procurar atendimento nas

delegacias, com medo de ser hostilizada, mesmo nas Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM). O estupro é um dos crimes mais subnotificados no Brasil (CERQUEIRA E COELHO, 2014). Diante desse quadro percebemos que se o estupro, uma manifestação de violência física contra mulheres se mantém ainda como um crime subnotificado, outros tipos de violência corriqueira no dia a dia podem adquirir status de normalidade, como a violência psicológica e simbólica e suas diversas manifestações, sendo a perpetuação dessas violências às vezes de difícil compreensão para as próprias mulheres.

Dada essa dificuldade em analisar a própria experiência pela sociedade que revitimiza muitas mulheres em uma cultura de culpabilização, é necessário analisar não somente o que foi dito, não apenas o conteúdo, mas como as mulheres organizam seu discurso sobre violência.

[...] se quisermos melhor entender como as ideologias dominantes muitas vezes contraditórias, refletidas e reforçadas pelos diferentes tipos de discurso, estruturam nossas instituições e moldam a vida cotidiana das pessoas, é necessário ouvir não apenas o que as pessoas reais dizem de suas vidas concretas, mas também como elas o dizem e porque o fazem desta forma. (ROCHA-COUTINHO, 2004, pg. 67).

O silêncio das mulheres vítimas de violência não apenas se dá nos meios oficiais de denúncia, muitas evitam o tema com a própria família, aprisionadas em uma cultura de silêncio que perpetua uma violência diária. Sobre esse evento E. Jean Langdon afirma que “(...) não é só a narrativa contada que transmite uma mensagem. Frequentemente, a narrativa que não pode ser contada carrega um peso igual ou maior que aquela contada”. (1993, pg. 155). O que nos faz questionar: O que instaura o silêncio em casos de violência contra a mulher?

Certamente, as convenções sociais que atrelam o valor como cidadã à sua sexualidade contam muito, medo dos pares a rejeitarem, a própria culpabilização da vítima e a existência de uma cultura do estupro que se certifica da não punição dos culpados de violência, mesmo com as garantias jurídicas alcançadas. Um exemplo é o assédio sexual, a Lei 10.224 estabelecida em 2001: “Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. (BRASIL, 2001). A formatação da lei já prevê algumas falhas considerando apenas assédio sexual quando há hierarquia entre os pares, mas em situações de assédio sexual por colegas, por exemplo, não seria aplicada. A mulher que denuncia uma situação de assédio de difícil comprovação pode vir também a perder o emprego e não obter justiça.

Situações como as citadas acima nos ajudam a compreender como a narrativa pode ajudar a pensar outras formas de combate que não a via jurídica. Na narrativa está a possibilidade de acessar as violências que nos acompanham na rotina, aproximando os números de casos a números próximos da realidade e rompendo com o silêncio.

[...] nós, enquanto jovens garotas, recebemos a mensagem, através de narrativas

não-ditas, que não podemos contar, que os culpados - os adultos, o homem 'adulto' - não podem ser expostos e que sozinhas devemos nos precaver deles e secretamente carregar conosco estes fatos de violência sexual. Eles se tornam histórias não-contadas que são mantidos no armário, contadas em segredo para amigas próximas e às vezes para terapeutas. Mas os verdadeiros culpados nunca são expostos, e muitas vezes as vítimas jamais perdem a sensação de culpa. (LANGDON, 1993, pg. 156)

Se a violência de gênero é tão presente não deveríamos nos sentir no direito de falar sobre ela? O silenciamento através da culpa e vergonha é uma estratégia que não nos permite transformar a realidade. Criar meios de discutir sobre violência de gênero, mesmo resguardando a identidade das entrevistadas no anonimato pode contribuir para encerrar esses sentimentos de culpa que acompanham as vítimas, inspirando inclusive as denúncias através do reconhecimento do que é violência.

Vale também recordar que no Brasil grande parte das vítimas de violências como estupro são de crianças de sexo feminino:

Em relação ao total das notificações ocorridas em 2011, 88,5% das vítimas eram do sexo feminino, mais da metade tinha menos de 13 anos de idade, 46% não possuía o ensino fundamental completo (entre as vítimas com escolaridade conhecida, esse índice sobe para 67%), 51% dos indivíduos eram de cor preta ou parda e apenas 12% eram ou haviam sido casados anteriormente. Por fim, mais de 70% dos estupros vitimizaram crianças e adolescentes. Tal dado é absolutamente alarmante, uma vez que as consequências, em termos psicológicos, para esses garotos e garotas são devastadoras, uma vez que o processo de formação da autoestima - que se dá exatamente nessa fase - estará comprometido, ocasionando inúmeras vicissitudes nos relacionamentos sociais desses indivíduos. (CERQUEIRA E COELHO, 2014, p. 7)

A discussão pública sobre violência de gênero é indispensável, tão indispensável quanto os programas de apoio às vítimas. Criar um espaço nas pesquisas sobre violência de gênero que permita às sujeitas contarem suas narrativas é um processo de transformação indispensável no modo de se fazer ciência e na construção de políticas públicas. Os movimentos feministas com mobilizações nas redes sociais utilizando as “#” (hashtags) têm mobilizado várias mulheres a contarem suas histórias. E é pela escuta dessas narrativas que desenvolveremos novos modos de combate à violência, enfrentando o silenciamento.

#### **4 | ESTREITANDO LAÇOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

Nessas breves palavras tentamos apresentar a costura entre epistemologias feministas, metodologia e métodos e os aspectos que vêm conferindo aos métodos narrativos importância na área de pesquisa em gênero quer sejam as histórias de vida ou as entrevistas qualitativas. As narrativas seguem muitas vezes sendo criticadas, pois fogem do paradigma da Ciência Moderna, paradigma que se encontra em crise.

Em grande parte, esse tipo de crítica é decorrência da dicotomia pouco fértil que opõe metodologias quantitativas a qualitativas<sup>3</sup>, em que os estudiosos que se dedicam às primeiras frequentemente desqualificam as segundas, pretendendo reger sozinhos o destino de toda investigação científica. Grande parte das

críticas a essas novas metodologias centra-se na ideia de que elas seriam pouco científicas por se afastarem do que Bruner (1997) denomina uma epistemologia verificacionista, baseando-se na interpretação. Segundo este autor, a validade – aspecto importante nas metodologias quantitativas – é também um conceito interpretativo. Para ele, o fundamental é a plausibilidade da conclusão e esta pode estar presente no uso de metodologias quantitativas e/ou qualitativas. (ROCHA-COUTINHO, 2004, pg. 65)

Não se trata de substituir, ou parar as pesquisas quantitativas, mas de ter cuidado ao analisar dados quantitativos, buscando com a epistemologia feminista fazê-lo não como uma realidade objetiva, mas como uma das respostas possíveis. Com a combinação de ambas - qualitativa e quantitativa - para compreender fenômenos complexos, é possível apreender dados não mensuráveis nas pesquisas quantitativas. Já há inclusive as pesquisas de metodologia mista, combinando o quantitativo e qualitativo numa tentativa de se aproximar de um quadro mais completo de visão. Compreender a lacuna no que outrora se estabelecia como objetividade e questionar a imparcialidade das pesquisadoras são passos indispensáveis para a produção de uma ciência politicamente posicionada e comprometida com a luta antissexista, antirracista, anti transfóbica e anti homofóbica. As narrativas se apresentam como uma forma de compreender as ideologias dominantes através do discurso das mulheres sobre violência.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf> >. Acesso em: 24 ago 2018.

BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, Cecília M. B.; TAVARES, Márcia S. Tavares (orgs.). **Violência de gênero** contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento. Coleção Baianas. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 17 – 40.

BRASIL. **Lei nº 10.224**, de 15 de maio de 2001. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10224.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm)> Acesso em: 24 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)> Acesso em: 24 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13104**, de 9 de março de 2015. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm) > Acesso em: 24 ago. 2018.

CERQUEIRA, Daniel E COELHO, Danilo de Santa Cruz. **Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados de saúde**. Disponível em:< <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/21/estupro-no-brasil-uma-radiografia-segundo-os-dados-da-saude->> Acesso em: 24 ago. 2018.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-047-6

